

QUEM LEVA O PRÊMIO?

O Brasil carrega a fama de ser um país rico em potencial, um gigante adormecido que pode mudar sua sorte fazendo alguns ajustes. Quem sabe um presidente gestor? Um regime parlamentarista não traria um surto de civilidade e diálogo? Ou quem sabe algumas privatizações não coloquem o país no primeiro mundo.

Saindo do mundo dos slogans e fazendo uma breve visita ao mundo real, fica perceptível que o Brasil tem problemas estruturais e não ajustará sua rota com efemeridades, mas com correções drásticas: em terras tupiniquins, a economia gira em torno do rentismo e o prêmio sempre fica para bancos e especuladores.

Para ilustrar essa realidade, nada melhor do que ver as perdas da Petrobras, de cerca de R\$ 87 bilhões, diante da valorização do BTG, que beirou os R\$ 150 bilhões.

O Brasil premia as engrenagens de renda e maltrata, com custos e burocracia, a economia real. Rentismo, aqui, não é um jargão, e sim um modo de organizar incentivos: ganha-se mais extraíndo pedágios sobre a economia — juros altos, tarifas, intermediações sucessivas, arbitragem regulatória, remunerações garantidas e direitos de cobrança — do que produzindo bens, energia barata, máquinas, infraestrutura e inovação. Quando essa lógica domina, o país não “enriquece”; ele redistribui para cima por meio de contratos e regras, enquanto o restante da sociedade trabalha para manter em pé um castelo de obrigações financeiras.

Enquanto muitos sonham com alguma solução mágica, o rentismo vai se apossando das engrenagens econômicas do país: o dinheiro vai ficando caro, aumenta a frequência de refinanciamento e, quanto mais a vida cotidiana se transforma em prestação e uso de crédito, mais profundamente se espalham os tentáculos dos rentistas. O crédito já não é uma alavanca para investimento produtivo; transforma-se em instrumento de escravidão: a família compra comida e remédio no rotativo, o pequeno empresário sobrevive no capital de giro predatório, o trabalhador vira refém dos juros do cheque especial. A economia real, que depende de previsibilidade e de custo razoável de financiamento, perde fôlego, reduz investimento, corta contratações e empurra a sociedade para a precarização. A energia cara, a infraestrutura insuficiente e a indústria rarefeita não aparecem como causa política; aparecem como “consequência inevitável” de um país que supostamente precisa obedecer ao altar da rentabilidade de curto prazo. E assim o debate público é sequestrado: a decisão sobre o futuro nacional é apresentada como tecnicidade, e a ortodoxia liberal é tratada como dogma religioso.

Isso tudo sob os auspícios do empobrecimento programado da população. Mesmo com fraturas visíveis na economia real, a austeridade fiscal é vendida como virtude moral, juros altíssimos como “remédio amargo”, desindustrialização como “modernização” e exportação de primários como “vocação nacional”. Rentismo é, no fundo, uma máquina de transferir renda e produzir apatia social sob aparência de racionalidade. Ele empobrece a população e, ao empobrecer, desorganiza a vida política, enfraquece a coesão nacional e entrega o comando do destino coletivo a uma minoria que lucra com a escassez.

É preciso compreender definitivamente que, ao recompensar a renda e maltratar a produção, o país não está apenas escolhendo um modelo econômico; está escolhendo um modelo de cidadania — em que o escravo da dívida não tem acesso a bens e ao exercício de direitos diante do Estado. Está-se escolhendo o senhorio dos parasitas.

- O Brasil não se corrige com slogans, porque o problema estrutural é um modelo econômico que premia bancos e especuladores.
- O rentismo encarece o crédito, sufoca a economia real e transforma famílias e empresas em reféns permanentes da dívida.
- Ao impor empobrecimento programado e austeridade como virtude, o país escolhe uma cidadania degradada sob o senhorio dos parasitas.

